

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.701 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2003

Controle do porte de armas pode ficar mais rigoroso

PÁGINA 5

Atuação do governo Lula mobiliza o Plenário

PÁGINA 8

Senadores querem tornar orçamento impositivo em 2005

PÁGINA 6

## Projeto de recriação da Sudene fica pronto em junho, diz Ciro

Ministro da Integração Nacional anuncia na CAE que pretende encaminhar a proposta ao presidente da República até o dia 15 do próximo mês. Ele também informou aos senadores que já começaram os estudos para criar uma agência de desenvolvimento do Centro-Oeste.

PÁGINA 3



Ciro Gomes, ao lado dos senadores Ramez Tebet e César Borges, falou sobre as atividades do Ministério da Integração Nacional

José Cruz

## Gil pretende colocar cultura no centro do debate nacional

Em audiência pública na Comissão de Educação, ministro pede destinação de 1% do Orçamento federal para o Ministério da Cultura, mas esclarece que a escassez de recursos não deve ser vista como a questão mais importante.

PÁGINA 4



Gil defende políticas de incentivo à exibição de filmes brasileiros

Roque de Sá



Marcia Kallume

Década da Alfabetização, lançada pela Unesco, pode beneficiar 20 milhões de brasileiros

## Senado participa do lançamento da Década para a Alfabetização

PÁGINA 2

## Conselho estuda reestruturação da TV a cabo

Foi instalada ontem, pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), a Comissão de TV a Cabo. Ela deverá analisar em 60 dias a situação do segmento no Brasil e propor medidas de saneamento e reestruturação das empresas do setor, universalização do acesso e atração de investimentos para ampliar a atual infraestrutura.

O colegiado aprovou uma agenda de atividades da comissão, que é composta pelos conselheiros Daniel Herz, coordenador e representante da categoria profissional dos jornalistas; Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio; Roberto Wagner Monteiro, das empresas de televisão; Berenice Isabel Mendes Bezerra, da categoria dos artistas; e Carlos Chagas, da sociedade civil.

## Pavan defende universidade no oeste catarinense

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC), ao defender ontem a desconcentração das oportunidades de ensino superior público no país, pediu a aprovação de projeto em exame na Comissão de Educação (CE) que visa à criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense.

— Trata-se de uma região que vem apresentando excelentes resultados, especialmente no agronegócio — afirmou.

Conforme Pavan, além de contribuir com boa parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos, o oeste de Santa Catarina começa a explorar seu potencial turístico, baseado na exploração de fontes hidrotermais. Já o meio-oeste catarinense, acrescentou, sobressai pela forte tradição agroindustrial, despontando ainda como importante pólo metal-mecânico.

# Unesco lança Década para a Alfabetização no Brasil

Proposta da ONU endossada pelo governo brasileiro é realizar esforço para ensinar 20 milhões de adultos a ler e escrever

O Brasil é a primeira nação a fazer o lançamento da campanha Década das Nações Unidas para a Alfabetização. A solenidade foi realizada ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em parceria com o Ministério da Educação, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação do Senado e o Grupo de Parlamentares Amigos da Unesco.

Na cerimônia, também foi assinado protocolo de intenções entre a Unesco e o Ministério da Educação, com a transferência de US\$ 200 mil, captados junto ao governo japonês, a serem aplicados em projetos de alfabetização.

A organização da década foi proposta pelo diretor-geral da Unesco, Koichiro Matsura, na 56ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2001. Aceita pela organização, a iniciativa foi lançada oficialmente em 13 de fevereiro deste ano, na



sede da ONU, em Nova York (EUA).

Segundo dados da Unesco, existem 875 milhões de pessoas jovens e adultas analfabetas no planeta e 113 milhões de meninos e meninas que ainda permanecem fora da escola. De acordo com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, há cerca de 20 milhões de analfabetos entre os brasileiros com mais de 15 anos. Ele reforçou a meta do governo Lula da Silva de acabar com o analfabetismo em quatro anos e disse que isso exige uma coalizão nacional.

Também estiveram presentes o

ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; o presidente da Comissão de Educação do Senado, Osmar Dias (PDT-PR); a 2ª vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, Raquel Teixeira (PSDB-GO); o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa; a governadora em exercício do DF, Maria de Lourdes Abadia; a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy; o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein; a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna; e o diretor do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti.

## Aprovado projeto que simplifica trabalho da CE

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução que desburocratiza o exame de atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para exploração de serviços de rádio e televisão. A matéria segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão Diretora do Senado.

De autoria do então senador Ricardo Santos, o projeto original cedeu lugar, na CE, a um substitui-

vo do relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES). Pela proposta, caberá à comissão verificar somente o cumprimento, por parte das emissoras, de obrigações com relação ao conteúdo das programações, e não mais a revisão da correção dos documentos apresentados por elas, das obrigações legais e dos compromissos contratuais, que já é feita pela Câmara dos Deputados.

No caso de renovação de concessão, a comprovação da regularidade se dará por meio de atesta-



José Cruz

Camata: economia de tempo para a Comissão de Educação

do a ser expedido pelo Ministério das Comunicações, de que a proponente cumpriu suas obrigações legais e os compromissos contratuais. Para Gerson Camata, a medida acarretará economia processual para a comissão, além de proporcionar maior fluidez na aprovação dos decretos legislativos que tratam da matéria.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV nº 9/03 que reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos e dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.989/95.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem submetendo à consideração do Senado o nome de Joaquim Benedito Barbosa Gomes para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal; PLS nº 392/99 que determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências; PLS nº 38/03 que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, instituindo o controle externo das agências reguladoras; PLS nº 28/02 que altera a Lei nº 8.112/90, para dispor sobre o parcelamento da devolução da remuneração de férias paga antecipadamente aos servidores públicos civis federais; PLC nº 7/03 que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing); PLC nº 11/01 que altera a Lei nº 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial; PLC nº 22/97 que dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 1969; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão Mista

10h30 — Veto Parcial nº 2/03 ao PLC nº 80/02 que dispõe sobre as empresas de asseio e conservação. 17h — Veto Parcial nº 3/03 ao PLC nº 92/02 que estabelece parâmetros mínimos para os estudos de viabilidade municipal previsto no inciso 4º do artigo 18 da Constituição federal 1988.

16h — Veto Parcial nº 4/03 ao PLC nº 17/02 que altera a Lei nº 9.394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Quinta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: aguardando desobstrução

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quinta-feira  
10h — Comissão de Assuntos Sociais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim

2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos

1º Secretário: Romeu Tuma

2º Secretário: Alberto Silva

3º Secretário: Heráclito Fortes

4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza

Serys Shlessarenko

Geraldo Mesquita Júnior

Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Agência do Centro-Oeste está sendo planejada, informa ministro

A criação de uma agência de desenvolvimento do Centro-Oeste, prometida pelo presidente Lula, está sendo planejada pelo Ministério da Integração Nacional. Em resposta à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e aos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Ramez Tebet (PMDB-MS), o ministro

foi ato impensado do governo Collor.

Ciro Gomes também informou aos senadores César Borges (PFL-BA) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) que está conversando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a instituição libere recursos destinados aos projetos que não puderam ser atendidos pelos fundos constitucionais.

É o caso do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), cuja carteira de pedidos no Banco do Brasil alcança cerca de R\$ 2 bilhões, enquanto os recursos disponíveis para aplicação este ano são de R\$ 1,1 bilhão, segundo o ministro.

Tebet, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), considerou que a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)



Lúcia Vânia



Antero



Sérgio Guerra

Fotos: José Cruz

## José Alencar coordena plano de recuperação do Rio São Francisco

O ministro **Ciro Gomes** informou aos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Efraim Morais (PFL-PB) e Patrícia Saboya (PPS-CE) que o plano de recuperação e transposição de águas do Rio São Francisco será coordenado pelo vice-presidente da República, José Alencar, devido aos conflitos de interesses regionais. Ele anunciou ainda que será instalado no Rio Grande do Norte o Centro Tecnológico do Camarão, para pesquisas que irão apoiar um setor que já exporta US\$ 200 milhões anuais.

Sobre a importância de localizar a nova refinaria da Petrobras no Nordeste, levantada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), **Ciro Gomes** acha difícil viabilizar a proposta de alguns parlamentares de que ela seja instalada em

algum ponto que beneficie toda a região. Os estudos recomendam que a refinaria seja localizada no litoral, observou, acrescentando que o presidente Lula tem chamado a atenção da Petrobras para que ela se insira em todo o desenvolvimento do país.

**Ciro Gomes** esclareceu ao senador César Borges que a nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) não estará subordinada diretamente à Presidência da República. “O presidente Lula disse que nesse momento ela estaria melhor se vinculada ao Ministério da Integração Nacional”, afirmou. A nova Sudene, segundo o ministro, poderá aproveitar a experiência bem-sucedida do BNDESpar, que participa da gestão de empreendimentos financiados com recursos do BNDES.



Valadares



Patrícia Saboya



Suplicy

Célio Azevedo

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

## DEBATES NO SENADO



José Cruz

Ciro Gomes afirmou na CAE que seu desejo é recriar a Sudene por meio de projeto de lei

# Ciro anuncia para junho projeto da nova Sudene

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, ministro diz que levará proposta ao presidente Lula até o dia 15 do próximo mês

A proposta de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) será encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o dia 15 de junho, conforme anúncio feito ontem pelo ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A última versão do projeto, concluída na semana passada, será discutida no próximo dia 28 com empresários paulistas, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O calendário de reuniões com vários setores da sociedade, divulgado pelo ministro durante audi-

ência na CAE, prossegue com mais uma rodada de debates em Belo Horizonte, no dia 30, e um seminário no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no qual será discutido o engajamento das grandes agências oficiais de fomento no desenvolvimento regional. Depois será a vez de submeter a proposta a audiências públicas em cada um dos estados nordestinos, começando no dia 2 de junho, em evento agendado em Fortaleza (CE).

**Ciro Gomes** salientou aos senadores o seu desejo de recriar a Sudene por intermédio de projeto de lei. “Se o presidente concordar, estarei todos os dias

no Congresso para acompanhar e apressar a tramitação desse projeto”, avisou, ponderando que a alternativa é formatar uma medida provisória, o que contraria suas convicções parlamentaristas.

Essa metodologia – com ampla consulta aos vários segmentos envolvidos diretamente na reconstrução da Sudene, e o encerramento das atividades da recém-criada Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) – também será seguida para recriar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), garantiu o ministro aos integrantes da CAE.

## Fernando Bezerra sugere mudança no Banco do Nordeste

O senador **Fernando Bezerra** (PTB-RN), que foi ministro da Integração Nacional no governo Fernando Henrique Cardoso, afirmou que encontrou a Sudene mais saneada que a Sudam, lamentando que ainda haja em seu estado quem lhe atribua injustamente a extinção do órgão de desenvolvimento do Nordeste.

**Fernando Bezerra** sugeriu redesenhar o Banco do Nordeste e defendeu, a exemplo de Tasso Jereissati (PSDB-CE), a transferência da vinculação dessa instituição bancária do Ministério da Fazenda para o Ministério da Integração



Fernando Bezerra



Mesquita Júnior



Luiz Otávio

Célio Azevedo

José Cruz

Roosevelt Pinheiro

Nacional. **Ciro Gomes** informou que a paralisação de 571 projetos da Sudam, no valor de R\$ 1,6 bilhão, desencadeou ações na Justiça por quebra de contrato e lucros cessantes que podem atingir R\$ 6 bilhões.

Na Sudene, não houve praticamente interrupção no fluxo de recursos. “Há liberações de R\$ 200 milhões em processos limpos da

Sudene”, frisou, observando que são poucos os casos paralisados. A **Geraldo Mesquita Júnior** (PSB-AC) e **Luiz Otávio** (PMDB-PA), **Ciro** disse que há R\$ 184 milhões de recursos parados no Banco da Amazônia (Basa), porque não há como fazer as liberações. “Cem por cento dos funcionários da Sudam estão respondendo a processos administrativos”, declarou, acrescentando que o governo já cancelou o projeto da Usimar – fábrica de autopeças que seria construída em São Luís (MA), e que sofreu denúncias de desvio de recursos.

## DEBATES NO SENADO

# Gil cobra reconhecimento da importância da cultura

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação (CE), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmou que o "ouro" é apenas um meio e não um fim em si mesmo. Com a declaração, o ministro enfatizou que as manchetes da imprensa na última semana registrando que ele estava insatisfeito com o pequeno orçamento de seu ministério, apenas 0,2% do Orçamento total da União, não focaram o mais importante. Para Gil, a manchete correta seria que o ministro quer ver a cultura no centro do debate político nacional. Propôs, entretanto, que seu ministério seja contemplado com pelo menos 1% do Orçamento da União.

— Não vamos abrir mão de defender a necessidade de reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância da cultura. Não adianta ter cada vez mais recursos só pela sensibilização do setor privado. Tá bem, o setor privado vai assumir suas responsabilidades com a cultura. E o setor público, não vai? — questionou.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) perguntou de que forma o ministro pretende trabalhar junto com as secretarias estaduais e municipais. Ele afirmou que as políticas culturais devem ter articulação entre as várias instâncias. Defendeu também políticas de incentivo para a exibição



À esquerda dos senadores Osmar Dias e Hélio Costa, o ministro Gilberto Gil defende destinação de 1% do Orçamento da União para a cultura

de filmes brasileiros, uma vez que cerca de 50% dos 76 filmes rodados no Brasil no ano passado não encontraram salas para exibição. Há projeto de construção de salas de exibição em áreas carentes, informou.

## INCLUSÃO SOCIAL

Em resposta ao senador Leonel Pavan (PSDB-SC), o ministro afirmou não haver nenhum bairrismo na atuação do ministério. Gil disse que é ministro do Brasil todo, tendo conhecimento de que as questões regionais são fundamentais e que as áreas mais escondidas precisam ter condições de se manifestar. O ministro defendeu a importância dos projetos de inclusão social via cultura e deu alguns exemplos de atividades culturais bem-sucedidas feitas em áreas carentes, como o projeto Axé, na Bahia; Candeal, de Carli-

nhos Brown, também na Bahia; e o Grupo Cultural Afro-Reggae, no Rio de Janeiro.

Ao responder questão do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Gilberto Gil anunciou que a Agência Nacional de Cinema (Ancine) funcionará mesmo no âmbito do ministério, o que será formalizado em reunião a ser realizada hoje. Havia a possibilidade que a Ancine permanecesse junto à Casa Civil.

Ao encerrar a reunião, o presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), informou que a audiência prevista para hoje com o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, foi cancelada por problemas na agenda do convidado. Gushiken também debateria estratégias do governo para a área cultural.

## Senadores pedem recursos para o setor

O senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou durante a audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação (CE), com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que apoiará o pedido de destinação de 1% do Orçamento da União para o Ministério da Cultura e sugeriu que se forme a bancada do "1% para a cultura". O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) também defendeu mais recursos orçamentários para o setor, o que para ele deve ser uma luta suprapartidária. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) associou-se ao bloco recém-formado.

Roberto Saturnino (PT-RJ) ressaltou que é preciso enfrentar a realidade de que "o foco é sempre o dinheiro", mas que se deve reconhecer que a cultura é deci-



Rodolpho Tourinho associa-se ao bloco que defende maior investimento cultural

siva na questão econômica, nem sempre de maneira que possa ser medida objetivamente. Ele também apoiará o pedido de mais recursos orçamentários para o MinC.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a polêmica sobre a existência de dirigismo cultural



Roberto Saturnino diz que a cultura é sempre decisiva na questão econômica

nas políticas de financiamento das estatais para a cultura foi solucionada com rapidez pelo governo. Para a senadora, essa questão trouxe à tona o debate sobre outro assunto, o do dirigismo financeiro regional na cultura, pois há muitos recursos investidos apenas no eixo Rio-São Paulo.

## Adiada decisão sobre homenagem a Portinari

Ficou para a próxima semana o exame, pela Comissão de Educação (CE), do projeto de lei da Câmara que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari, em comemoração ao centenário de nascimento do artista. De acordo com a proposta, caberá ao Ministério da Cultura coordenar as comemorações, e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a emissão de selo em homenagem ao pintor.

A relatora, Iris de Araújo (PMDB-GO), apresentou emenda à proposta transferindo para 2004 o Ano Nacional Cândido Portinari. Segundo a senadora, 2003 já está quase na metade e o governo não teria tempo suficiente para montar uma programação destinada a comemorar os cem anos de nascimento do artista.

O senador Flávio Arns (PT-PR), por sua vez, argumentou que "não ficaria bem" transferir para 2004 a comemoração do centenário do pintor, que se realiza neste ano — Portinari nasceu na cidade



Flávio Arns discorda da proposta de transferir as comemorações para o próximo ano

paulista de Brodósqui em 1903 e faleceu no Rio de Janeiro em 1962. Por isso, recomendou o adiamento da votação da matéria para a próxima semana, a fim de que os membros da CE possam refletir sobre a manutenção das comemorações em 2003, o que foi aceito.

Iris lembrou que a obra de Portinari se inspira na diversidade que compõe o Brasil. Por meio de seus trabalhos, observou a senadora, "o mundo pôde admirar a beleza de índios, brancos, negros e mulatos, e descobrir o talento criativo deste país mestiço".

## Diretoria da Agência do Norte será sabatinada na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se extraordinariamente amanhã para sabatar a nova diretoria da Agência de Desenvolvimento do Norte, criada para substituir a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A decisão foi anunciada pelo presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), depois de apelo feito pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que lembrou os prejuízos para a Região Norte com a interrupção das liberações de re-

ursos a projetos da Sudam.

Luiz Otávio, novo relator da mensagem encaminhada, no lugar de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), comprometeu-se com o presidente da CAE a enviar seu relatório. Tebet também anunciou que haverá, no dia 27 de maio, audiência pública com os representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) sobre normas de funcionamento do Imposto sobre Serviços (ISS) e mudanças que estão sendo analisadas em projeto que tramita na CAE.

## Parturientes poderão ter direito a acompanhante

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou em Plenário projeto para permitir que as mulheres tenham direito à presença de um acompanhante durante os trabalhos de parto nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada.

De acordo com a proposta, que será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o acompanhante será escolhido pela parturiente e só terá sua presença

vedada em partos considerados de alto risco, a critério do médico assistente.

Segundo informou a parlamentar, projeto semelhante já foi transformado em lei no estado de Santa Catarina e entre os benefícios decorrentes de sua implementação está a diminuição das complicações pós-parto e pós-natal.

Ideli explicou que apresentou o projeto em maio por ser este o mês das mães.

# Relatório de César Borges restringe o porte de armas

Subcomissão de Segurança Pública quer aprofundar o debate e vota semana que vem parecer do relator sobre projetos já em tramitação

A Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai ampliar o debate sobre o controle do porte de armas. Ontem, foi apresentado o relatório do senador César Borges (PFL-BA) a respeito das propostas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, recomendando a apresentação de emenda que torna inafiançável o crime de porte ilegal de armas. Além disso, ele sugere que se agilize no Senado a tramitação dos projetos que restringem o porte. César Borges também ressaltou a importância de se regular o Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

Um dos projetos mencionados pelo senador acaba com o porte de arma para o cidadão comum, permitindo apenas para policiais, seguranças, militares e magistrados. Na avaliação de César Borges, a legislação atual permite facilita-



César Borges, Demostenes Torres e Tasso Jereissati: subcomissão quer fazer novas audiências públicas antes de votar relatório sobre o porte de armas

de de acesso a armas pelo cidadão, o que tem contribuído para a violência urbana, sem que haja qualquer comprovação de aumento da segurança do usuário.

Os senadores decidiram, acatando sugestões dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Serys Slhessarenko (PT-MT), aprofundar o debate sobre o tema. Lobão propõe o aproveitamento das discussões feitas no Senado sobre o assunto, há dois

anos, quando estiveram para ser votados dois projetos que restringiam o porte de armas. Serys apresentou uma lista de pessoas que poderão participar de audiências públicas sobre o tema, enviada pelo Instituto Souza Paz, que defende a tese do desarmamento.

Na próxima terça-feira, a partir das 18h, a subcomissão volta a se reunir para votar o relatório de César Borges.

## MP continua trancando pauta do Plenário

Sem acordo para a votação das medidas provisórias (MPs), permanece obstruída a pauta do Senado Federal. São 11 MPs que aguardam deliberação do Plenário. Com o trancamento da pauta, ficam suspensas também as votações de projetos terminativos nas comissões temáticas do Senado. São terminativas as propostas que, ao serem aprovadas, seguem diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso.

O vice-presidente do Senado no exercício da presidência, Paulo Paim, enfatizou ontem a necessidade de se intensificarem os entendimentos partidários para a votação do projeto de lei de conversão que reabre prazo para a contratação de financiamentos por municípios que renegociaram suas dívidas com a União. A partir da próxima semana, disse o senador, a matéria terá que ser votada, mesmo sem acordo.

— Cabe-nos deliberar e, como esta é a Casa do entendimento, o



Paim pediu aos líderes partidários entendimento sobre a medida provisória, afirmando que ela vai a votação na próxima semana

primeiro passo é buscar o acordo. Se não for possível, vamos para o voto, e a minoria terá que se submeter à decisão democrática — afirmou Paim.

Na opinião do senador, as regras atuais sobre tramitação de medidas provisórias não precisam ser alteradas, mas ele advertiu que o presidente do Senado, José Sarney, que se encontra no exte-

rior, está determinado a desobstruir a pauta.

— Antes de viajar, o presidente Sarney pediu que a matéria fosse votada e que os líderes construíssem o entendimento. Ele me informou que, se não houver entendimento, na semana que vem coloca toda a matéria em votação, com acordo ou sem acordo — disse o senador.

## Paim defende proposta alternativa para reforma

Coordenador da Frente Parlamentar de Entidades Cíveis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública, o senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que, no próximo dia 2 de junho, esse fórum levará ao ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, proposta alternativa de reforma, que recomenda inclusive a dispensa de contribuição dos inativos.

De acordo com o parlamentar, que exerce a Presidência do Senado durante ausência do presidente José Sarney, esse documento deve sugerir que, em nenhuma hipótese, alguém possa ganhar mais que o salário do presidente. O documento também propõe que todos contribuam para a Previdência, não se limitando essa contribuição ao teto de R\$ 2.400, como está previsto na proposta do governo.

No entender de Paim, o texto a

ser levado ao governo pela frente de entidades propiciará mais recursos para a Previdência. “É uma proposta alternativa, que não vai conflitar com o governo, pelo contrário, vai ajudar”, afirmou o senador. Ele coordenou reunião em que Luiz Antonio Castanha Maia, advogado especialista em seguridade, garantiu que a Previdência perderá dinheiro se for aprovada a reforma do governo.

— Vamos tentar demonstrar que a proposta do governo, como está, infelizmente não contribui em nada para melhorar a arrecadação da Previdência. Maia demonstrou que, ao fixar o teto de contribuição da Previdência em R\$ 2.400, o governo vai deixar de arrecadar o montante que ele arrecadava acima disso. E, na hora de pagar os que já estão aposentados, o governo terá um déficit ainda maior na Previdência — observou Paim.



Especialistas informaram aos senadores que o Brasil não dispõe de matérias-primas ou produção suficientes para atender a população

## Assistência farmacêutica enfrenta muitos obstáculos

Além da dependência da importação de matérias-primas, a assistência farmacêutica praticada no país — e, particularmente, no Sistema Único de Saúde (SUS) — padece da falta de investimentos na produção e pesquisa, de inovações tecnológicas e da dificuldade de termos milhões de brasileiros sem condições de comprar remédios.

Essas foram as principais conclusões da primeira audiência pública sobre o assunto, promovida ontem pela Subcomissão Temporária da Saúde do Senado. Presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), a reunião contou com a presença dos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Mão Santa (PMDB-PI), Reginaldo Duarte (PSDB-CE), Renildo Santana (PFL-SE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Eurípedes Camargo (PT-DF).

Segundo o diretor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Norberto Rech, há hoje 23 programas implementados

nessa área “de forma sobreposta, sem avaliação de resolutividade”. Dos R\$ 3 bilhões gastos anualmente pelo SUS com remédios, a maior parte é destinada para laboratórios privados.

Para o fundador do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), Antônio Barbosa, o Estado estaria falhando ao não estimular a concorrência no mercado farmacêutico, importante para a redução dos preços.

O presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), Ciro Mortella, criticou a carga tributária imposta ao setor (25% do preço máximo cobrado ao consumidor), incompatível, na sua opinião, com a essencialidade dos medicamentos para a população.

A diretora do Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos, Núbia Boechat, disse que 80% dos fármacos são importados, lembrando que falta tecnologia ao mercado brasileiro.

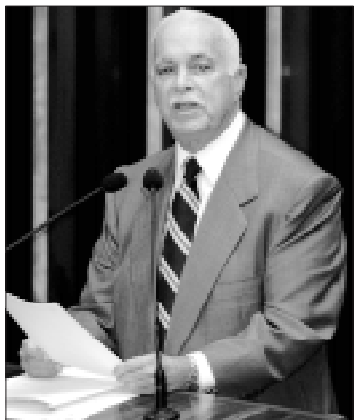
# Antonio Carlos defende orçamento impositivo

Ele argumenta que sistema garante cumprimento da lei orçamentária sem distorções como a “prática exagerada do contingenciamento” e liberação de recursos por meio de negociações distantes do interesse público

A necessidade de a União, os estados e os municípios adotarem um orçamento impositivo em vez do modelo atual, que é apenas autorizativo, foi defendida ontem, da tribuna, pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele reconheceu que não é viável aprovar a modificação já para o exercício de 2004, mas observou que as alterações devem ser feitas no próximo ano, para que em 2005 o Brasil já tenha o orçamento impositivo.

— O orçamento deve ser o espelho da administração pública e, como tal, tem que ser cumprido sem favorecimentos. Um orçamento meramente autorizativo pode redundar em distorções e, algumas vezes, até mesmo em absurdos. Pode levar, inclusive, à prática exagerada de contingenciamento e de liberações muitas vezes fruto de negociações distantes do interesse público.

Na avaliação do senador baiano, o combate à corrupção passa, necessariamente, pelo fim do orçamento autorizativo. Ele disse ser do conhecimento de todos que, desde a elaboração da peça orçamentária até a sua execução, além de diversos problemas políticos, é registrada a



Antonio Carlos Magalhães diz que combate à corrupção passa pelo fim do sistema autorizativo

ocorrência de corrupção.

O modelo impositivo defendido por Antonio Carlos permite que o governo promova alterações na lei orçamentária, mas com a participação do Legislativo. Ele explicou que, para a elaboração do orçamento impositivo, caberia ao Executivo estimar a receita. Em caso de superávit, a União definiria, junto com o Legislativo, a melhor destinação das dotações superavitárias. Da mesma forma, no caso de déficit na arrecadação, os dois Poderes determinariam, em conjunto, a melhor maneira de efetuar os cortes.

## Senadores destacam importância da medida na aplicação de verba

Ao final do seu pronunciamento em defesa do orçamento impositivo, o senador Antonio Carlos Magalhães concedeu vários apartes. No primeiro deles, Efraim Morais (PFL-PB) citou sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga o governo a submeter à apreciação do Congresso qualquer decisão de contingenciar verbas.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que o orçamento impositivo seria importante no combate à corrupção. Para Osmar Dias (PDT-PR), além de inibir a corrupção, o novo modelo evitaria o desvio na finalidade da aplicação das verbas.

O orçamento autorizativo, na avaliação de Tasso Jereissati (PSDB-CE), impede que o Legislativo acompanhe a sua execução. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que o orçamento deixaria de ser “uma peça

de ficção”.

Na opinião de José Agripino (PFL-RN), um orçamento impositivo traria moralidade e credibilidade à aplicação dos recursos. César Borges (PFL-BA) afirmou que hoje o orçamento gera distorções que seriam corrigidas se ele passasse a ser impositivo. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) ressaltou que o orçamento impositivo contribuiria para diminuir o número de obras inacabadas registrado em todo o país.

Demostenes Torres (PFL-GO) citou outras iniciativas importantes de Antonio Carlos Magalhães, como o Fundo de Combate à Pobreza, para lembrar a atuação do senador baiano na defesa de temas importantes para o país. Mão Santa (PMDB-PI) disse que a sensibilidade política e administrativa de Antonio Carlos está presente em todas as suas lutas.

## Capiberibe quer controle social sobre gastos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a adoção de mecanismos de controle social nos gastos públicos que permitam o acompanhamento da execução do orçamento. Ele disse que a carga tributária brasileira é das mais altas do mundo, mas no entanto a população normalmente não tem acesso a informações de como os recursos são aplicados.

— Se o orçamento é discutido e votado pelos parlamentares, sancionado pelo chefe do Executivo e realizado por funcionários públicos honestos, qual o problema se cada um quiser acompanhar esse trabalho meritório?

Capiberibe citou projeto implantado no Amapá, quando ele era o governador, que permite o acompanhamento dos gastos públicos pela Internet ([www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br)). Ele relatou o acompanhamento de duas despesas específicas: uma relacionada ao pagamento de espetáculo teatral, durante as comemorações do aniversário de Macapá, e outra com serviços de adestramento de cães. Esse último caso, conforme o senador, é um exemplo da necessidade de que os gastos sejam severamente explicados à sociedade.

Capiberibe defendeu ainda a aprovação pelo Senado do que chamou de Lei da Transparência das Contas Públicas.

— Imagine se os 170 milhões de brasileiros pudessem acompanhar os gastos de seus impostos, em todos os governos de todos os estados — frisou.



João Capiberibe pede aprovação de lei que garanta transparência nas contas públicas

## Virgílio: política econômica segue interesses do mercado

A política econômica do governo federal, na opinião do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), é ditada pelos interesses do mercado financeiro, que leva em consideração apenas os indicadores macroeconômicos (câmbio, risco país, aplicações externas de curto prazo) e deixa de lado o desempenho da chamada economia real.

— Os indicadores oficiais mostram que, desde dezembro do ano passado, o número de pessoas desocupadas nas seis principais regiões metropolitanas cresceu cerca de 400 mil, destes, 230 mil só na cidade de São Paulo — afirmou.

Para Arthur Virgílio, a atual política econômica provoca a paralisação da atividade produtiva. “Os investimentos diretos atingiram no início do governo do PT sua marca mais baixa em oito anos”, criticou. Além disso, segundo o senador, os bons resultados no câmbio e no risco Brasil nada mais são do que um retorno a um patamar que se verifi-



Para Arthur Virgílio, é preciso que o governo promova a imediata queda dos juros

cou no passado.

— Nem é preciso dizer qual o custo que tal prática impõe ao crescimento. E sem crescimento não há como combater e vencer o desemprego, a violência, a fome, as desigualdades sociais.

Diante do atual quadro, alertou, é fundamental que o governo promova a redução da taxa de juros.

— Justificaram pelo aumento do dólar e ele já caiu; justificaram pela inflação crescente e ela já arrefeceu. Enfim, já se foram os motivos do governo do PT para aumentar os juros, mas eles não abaixaram.

## Redução da taxa dos juros e desemprego dominam apartes

A defesa da redução das taxas de juros foi a tônica dos apartes ao discurso do senador Arthur Virgílio. Representantes da oposição manifestaram preocupação com a retração da economia em decorrência do alto custo dos financiamentos. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) chamou atenção para a conjuntura de crise mundial que dá sinais de estagnação.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a redução dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), reunido em Brasília esta semana, é uma exigência da nação, dados os altos índices de desemprego. O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que o governo tem tomado medidas que dificultam ainda mais a retomada do crescimento.

— O superávit primário está chegando a 7% e não haveria neces-

sidade dos cortes que foram feitos no Orçamento. Houve ainda o aumento no depósito compulsório, que retira recursos de circulação e retrai a atividade econômica — citou o senador.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestaram preocupação com as dificuldades do governo para implementar seus compromissos de campanha.

### DEFESA

Em defesa do Executivo, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não se pode culpar o governo por apenas quatro meses e vinte dias de administração. Ele comemorou a informação de que os índices de inflação de abril estão próximos de zero.

— Essa é uma das condições que permitirão ao governo examinar a hipótese concreta de diminuição das taxas de juros — afirmou.

# Suassuna propõe mudança em projeto sobre o Refis

Senador defende a correção dos débitos tributários atrelada ao faturamento das empresas e não à taxa Selic

A medida provisória (MP) que estabelece novas regras para o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – permitindo o refinanciamento dos débitos das empresas com a Receita Federal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – foi tema de debates no Plenário do Senado, a partir do pronunciamento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele sugeriu modificações no projeto de lei de conversão da MP, aprovado na Câmara e aguardando votação no Senado. A mais importante seria a inclusão de mecanismo que atrelasse a correção dos débitos tributários das empresas ao faturamento e não à taxa Selic.

– A forma de pagamento do passivo tributário e previdenciário deve ser através de percentual do faturamento e sem prazo, para que as empresas possam pagar de acordo com a sua capaci-



Empresas devem pagar de acordo com sua capacidade contributiva, diz Ney Suassuna

dade contributiva, que varia em função do faturamento, que diminui em razão da sazonalidade – defendeu o senador.

Suassuna lembrou que a evolução da Selic entre 1995 e 2002 foi de 546,32%, quase 30 vezes maior que a variação do Produto Interno Bruto (PIB).

O senador criticou a política que vem sendo adotada por su-

cessivos governos de redução sistemática dos prazos de recolhimento dos tributos. De acordo com o senador, o prazo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) passou de 20 para dez dias, e o do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 150 para dez dias, entre outras alterações.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) criticou as mudanças nas regras de recolhimento da Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL). Segundo ele, as alterações acarretarão um aumento de 12% para 32% nesse tributo.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que o texto da medida provisória que deve ser votado no Senado cria um instituto de refinanciamento de débitos para as pessoas físicas, nos moldes do que foi proposto por ele em 2001.

## Iris de Araújo quer redução na taxa de juros

Mesmo reconhecendo que o momento atual exige prudência, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu uma pequena redução na taxa básica de juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) deverá anunciar hoje sua decisão sobre o assunto. Para a senadora, chegou a hora de iniciar o movimento de queda de juros para que a economia cresça e aumente a oferta de empregos.

– Sei o quanto é difícil a decisão a ser tomada pelo Copom. Mas não é menos difícil a vida do brasileiro: os de classe média, pen- durados nos cartões de crédito,



Para Iris de Araújo, é hora de iniciar movimento de queda de juros

entre caso o país adotasse uma queda brusca dos juros. Mas agora, acrescentou, já entrando no sexto mês de governo, o que antes era um remédio (os juros altos) pode se transformar em veneno. “É o caso do antigo ditado que fala em morrer da cura.”

Iris também elogiou as medidas

nos cheques especiais; e os mais pobres, mas que ainda podem consumir, pagando com juros, em numerosas prestações – afirmou Iris de Araújo.

Na avaliação da senadora, no início do governo Lula havia mesmo o perigo de um desastre

que estão sendo estudadas pelo ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para estimular os patrões a assinarem as carteiras de trabalho de suas empregadas domésticas. Ela informou que leu na imprensa que a proposta do ministro é que as pessoas físicas descontem do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) o montante gasto com seus empregados domésticos.

Considerando que a idéia é “brilhante, prática, concreta e criativa”, Iris destacou que a iniciativa poderá melhorar a arrecadação e diminuir a informalidade no mercado de trabalho. Por outro lado, ela sugeriu ao ministro que restrinja o desconto no Imposto de Renda dos empregadores apenas à quantia relativa ao pagamento da contribuição previdenciária.

## Hélio Costa pede fim de barreira contra o frango

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu ontem o fim das barreiras impostas nos últimos três anos pelo governo argentino contra o frango brasileiro exportado para aquele país, antes que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) crie o fundo de R\$ 1 bilhão para financiamento e incentivo do comércio bilateral.

Hélio Costa lembrou que o Brasil é o segundo maior produtor de frango do mundo e conseguiu, com muita tecnologia e investimento, exportar um produto de qualidade a preço competitivo.

– O frango brasileiro chegava a Buenos Aires por um terço do

preço do frango argentino. O governo argentino barrou 90% do frango brasileiro exportado e causou um prejuízo de 100 milhões de reais aos produtores brasileiros – afirmou.

O senador ressaltou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) inocentou o Brasil da acusação de estar praticando *dumping* (redução artificial do preço de exportação) com o frango.

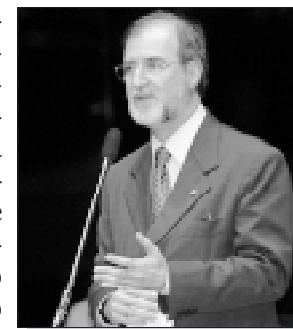
– O governo brasileiro deve tentar estreitar os laços comerciais, mas antes é preciso estabelecer que a Argentina cumpra tudo o que consta nas leis internacionais e suspenda as barreiras contra o nosso frango – concluiu.

## Azeredo cobra recursos para o Proemprego

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal a liberação de recursos da ordem de R\$ 4,5 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento do programa Proemprego. A alocação dos recursos foi decidida pelo conselho deliberativo do FAT, em 23 de julho de 2002. A verba seria aplicada no programa até 2004.

O senador mencionou ainda que foi disponibilizado R\$ 1 bilhão, até 2006, pelo conselho gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para o Programa de Infra-Estrutura de Transporte Coletivo (Pró-Transporte).

Segundo o parlamentar, propostas para empréstimos ao setor público, totalizando R\$ 2,8 bilhões, aguardam, na “fila do Banco Central”, a autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN)



Azeredo questiona se Lula fará algo diferente “do realizado na Era FHC”

para as novas contratações.

– Enquanto isso não acontecer, os recursos continuarão aplicados na rolagem da dívida pública – disse.

Azeredo afirmou que vão se esvaecendo as expectativas de que o governo Lula possa fazer algo

diferente do “realizado na Era FHC”, quanto aos investimentos em infra-estrutura.

– Diante da meta de superávit primário de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) e da taxa de inflação negociada com o FMI (Fundo Monetário Internacional), a totalidade dos recursos orçamentários foi contingenciada, sem perspectivas de liberação – salientou.

Azeredo lembrou ainda que o Orçamento Geral da União para 2003 destinou apenas R\$ 14,6 bilhões para investimentos, correspondentes a 1% do PIB.

## José Jorge condena ação do MST em Pernambuco

A ocupação e destruição da sede do Engenho Prado, em Tracunhaém, Pernambuco, na segunda-feira, por cerca de 300 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram condenadas pelo senador José Jorge (PFL-PE), que leu trechos da matéria

publicada pelo jornal *O Globo* sobre o fato. O senador considerou a ação um fato grave e assinalou que os militantes do MST em Pernambuco nunca agiram tão violentamente.

Segundo o jornal, a polícia de Tracunhaém abriu inquérito, em que quatro pessoas, inclusive o

padre Tiago Thorlby, da Comissão Pastoral da Terra, e a deputada estadual Ceça Ribeiro (PT-PE), são acusadas de terem incitado os invasores. José Jorge responsabilizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e outras autoridades ligadas à reforma agrária, que estariam definin-

do uma política que incentiva invasões.

O senador pediu a essas autoridades governamentais que revejam suas posições – manifestadas em entrevistas – para que se possa garantir o direito de propriedade e a segurança dos que atuam nas propriedades invadidas.



Militantes do MST em Pernambuco nunca agiram com tanta violência, alerta José Jorge

## GOVERNO LULA

# Efraim: divergências deixam mercado confuso

O senador Efraim Morais (PFL-PB) disse ontem, em discurso, que as divergências e contradições entre membros do governo têm criado confusão nos investidores, agentes econômicos e opinião pública. Ele citou como exemplo declarações do vice-presidente da República, José Alencar, de que o custo Brasil “extrapola qualquer lógica” e de que “nunca houve tanta transferência de renda da produção e do trabalho para o setor financeiro”.

Efraim Morais salientou que não se referia à mudança de discurso do PT em relação ao tempo em que não era governo, enfatizando que “o que está em pauta é algo mais grave; é a falta de entendimento no centro do governo”. Ele indagou qual é a política econômica e a agenda do atual governo e criticou o Plano Plurianual (PPA), apresentado pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, como sendo esta nova agenda. Citou o jornal *O Globo*,

que classificou o PPA como genérico, acrescentando que não traz valores de investimentos.

— Não é um projeto estratégico, mas um discurso de palanque — disse o senador, referindo-se ao PPA.

Efraim Morais afirmou que a expectativa criada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, de que não passaria sem deixar marcas profundas e definitivas na história do país, “até aqui não foi atendida”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, parabenizou Efraim pelo discurso, mas observou que é preciso ter paciência e aguardar um pouco mais. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que o vice-presidente José Alencar manifestou suas preocupações como empresário, mas tem confiança na condução da economia pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que



Efraim Morais: “Existe uma falta de entendimento no centro do governo”

o sentimento do povo é fortalecer o presidente Lula, mas observou que os juros altos são um erro e acrescentou: “Vamos fazer cair o juro antes que caia o governo”. Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que se hoje há o debate sobre a necessidade de baixar os juros, com divergências inclusive dentro do próprio governo, é porque a política econômica do governo criou a situação para o debate.

## Para Hélio Costa, Lula precisa de tempo

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) assumiu a defesa do governo Lula da Silva e afirmou que “em quatro ou cinco meses de governo não se fez em todos esses anos”, em alusão à gestão Fernando Henrique Cardoso.

— É muito fácil, em cinco meses, acusar um governo que trabalha incansavelmente para colocar o país nos trilhos — declarou o senador.

Dizendo-se um observador atento do cenário internacional e disposto a reparar o que chamou de “injustiça”, Hélio Costa acusou o PSDB de ter feito campanha contra Lula no exterior durante a disputa presidencial.

— Lula nunca disse que iria desfazer os contratos com o Fundo Monetário Internacional, mas seus adversários passavam a idéia de que ele iria afundar a economia — afirmou.

Hoje, o senador por Minas Gerais atesta que os banqueiros internacionais vêem a economia sendo tratada com “seriedade e



Hélio Costa afirmou que a “ala progressista do PMDB apoiou a candidatura Lula”

competência”, o que os teria estimulado a voltar a investir no país com “absoluta segurança”. Assim, pediu a compreensão dos parlamentares frente ao momento vivido pelo Brasil, que precisa da “união de todos”.

### CASTIGO

Quando à posição do PMDB no pleito presidencial de 2002, Hélio Costa lembrou que o partido teve a opção de lançar candidato próprio, mas a proposta foi derrotada

na Convenção Nacional.

Sobre a decisão da legenda de apoiar o candidato José Serra, esclareceu não ter tido o respaldo do grupo progressista. Na sua opinião, a derrota do candidato tucano foi um “castigo merecido” à ala peemedebista que aderiu ao correligionário do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sustentou ainda que a ala progressista do partido, na qual se incluiu, apoiou desde o primeiro instante a candidatura de Lula à Presidência da República, apesar de a ex-deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) ter sido vice na chapa do ex-senador José Serra.

Conforme observou o parlamentar, os progressistas do PMDB defendiam a adesão do partido ao bloco de oposição ao governo passado. Contornados desentendimentos internos, Hélio Costa assegura que a legenda hoje está unida e, consciente do momento importante da vida nacional, vai dar o apoio necessário ao governo Lula para realização das reformas.

## Pavan se diz “estarecido” com críticas ao governo FHC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ter ficado estarecido com as críticas feitas pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) ao governo Fernando Henrique Cardoso. Ele lembrou ontem que o PMDB participou ativamente do governo FHC, inclusive ocupando vários

ministérios, e por isso os peemedebistas também devem assumir a responsabilidade pelos insucessos da administração passada. Pavan também manifestou estranheza com a passagem do PMDB para a base do governo petista.

— Não estou entendendo se mudou o discurso do PT ou se mudou o PMDB. O PT sempre usou os microfones do Senado e da Câmara e a imprensa nacional para dizer que as rodovias brasileiras foram roubadas. Que foi montada uma quadrilha nesse sentido. Que as estra-



Pavan lembrou denúncias do PT contra o PMDB

das estavam deterioradas, que desviavam dinheiro, que não existiam projetos amplos para melhorar a qualidade das estradas do país. E o PMDB ocupava o Ministério dos Transportes no governo — disse.

Pavan discordou do discurso feito pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), que destacou que o governo Lula da Silva, em cinco meses, não tinha avançado em diversos setores, como saneamento básico e reforma agrária. De forma irônica, Pavan declarou que o governo fez, sim, muitas coisas: apresentou proposta aumentando a idade mínima para aposentadoria e instituindo a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas do setor público e concedeu aumento de apenas 1% para o funcionalismo público.

## Cinco meses é pouco para fazer mudança, afirma Ideli

Ao registrar que boa parte dos que hoje fazem críticas ao governo Lula da Silva passaram “décadas no poder” e outros representam pensamentos político-ideológicos majoritários há centenas de anos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou ontem que o atual

governo está no poder há apenas cinco meses, tempo insuficiente para “fazer as mudanças com a tranquilidade, a responsabilidade e o controle necessários”.

Segundo a senadora por Santa Catarina, o resultado das últimas eleições demonstrou que a população votou pelas mudanças que o presidente Lula da Silva vem tentando promover. Ela também defendeu a atual gestão econômica do país e a aliança com o PMDB, destacando que, quando escreveu uma carta ao povo brasileiro du-



Ideli: Lula cumpre o que prometeu aos eleitores em 2002

rante a campanha, Lula garantiu que seu governo não faria rupturas, mas cumpriria e honraria todos os contratos e buscava alianças amplas para administrar.

Ideli Salvatti também rebateu crítica do senador Leonel Pavan (veja reportagem acima), explicando que, além do aumento de 1% concedido ao funcionalismo público, também foi dado um abono, que possibilitou a algumas categorias um reajuste de até 13%.

— Esse abono, que beneficiou principalmente segmentos do funcionalismo que estavam havia oito anos sem aumento, foi a fórmula encontrada para administrar o reajuste possível com o orçamento projetado e votado ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso — afirmou Ideli.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e João Alberto Souza